



MARÇO DE 2021

O protagonismo das mulheres no movimento sindical petroleiro e no cenário político

Homens e o trabalho doméstico na pandemia

Muito se fala sobre as transformações sociais que a pandemia da Covid-19 irá trazer para o nosso cotidiano. Uma delas diz respeito à relação entre indivíduo e o lar, e é fato que as mulheres são as que possuem maior protagonismo nesse sentido. No geral, cabe a nós as responsabilidades pelas tarefas domésticas e a manutenção familiar.

Uma das consequências do isolamento social imposto pela pandemia foi o aumento das atividades domésticas e os cuidados com os filhos. Sem aulas, sem empregados domésticos e sem alternativas externas para quebrar a rotina, as mulheres viram o trabalho triplicar. O que os dados de anos anteriores demonstravam ser uma realidade difícil teve um agravamento ainda maior.

Antes da pandemia, 85% dessa carga de atividades era feminina. No entanto, a partir do detalhamento dos números, o estudo realizado pelo Datafolha revela que as mulheres permanecem sofrendo uma sobrecarga dos trabalhos da casa.

SERÁ QUE NADA MUDOU APÓS A PANDEMIA? Os dados da pandemia sobre a realidade doméstica da mulher mostram que há, sim, uma mudança comportamental dos homens. O grande problema é que aumentou também a quantidade de obrigações dentro de casa. O que mulheres, feministas e especialistas da área afirmam é que embora os homens passem a fazer tarefas domésticas e dividir as responsabilidades com filhos, as mulheres ainda são responsáveis pela tomada de decisão.

A carga mental de organizar e fazer o planejamento sobre tudo que diz respeito ao lar, incluindo as responsabilidades com orçamento familiar, filhos, limpeza, saúde e alimentação, acaba recaindo apenas nos ombros das mulheres, realidade chamada de dupla jornada. No entanto, há estudiosas do assunto que afirmam que as mulheres não possuem só duas, mas três e até quatro jornadas de trabalho, quase sempre não remuneradas.

Há motivos para acreditar que a pandemia deixará um legado de aprendizado doméstico aos homens. Afinal, passar tantas horas dentro de casa catalisou a percepção sobre as demandas domésticas tantas vezes invisibilizadas.

Os próprios sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros têm recebido reclamações de homens sobre o horário de almoço (que é curto e não dá tempo de cozinhar e depois lavar a louça) ou sobre como é difícil conciliar as reuniões com cuidar dos filhos, lavar roupa, e ir no mercado. De acordo com a diretora da FUP, Cibele Vieira, estas reivindicações antes eram exclusivas das mulheres, até mesmo dentro do movimento sindical. "Agora, que eles também estão passando por isso, essas demandas estão sendo mais atendidas", destaca.

No entanto, mesmo que isso se torne uma realidade palpável, muitas mulheres estão ameaçadas de sobrecarga e estagnação profissional, uma conjuntura que deve ser tratada como um alerta vermelho para toda a sociedade.

O movimento sindical petroleiro nunca teve tanta representatividade das mulheres, tanto na direção da FUP como dentro dos sindicatos. Isso é fruto não só da história e dedicação de cada uma das petroleiras pioneiras como também da articulação e do amadurecimento do coletivo nacional de mulheres petroleiras da FUP. Quem afirma é Andressa Delbons, atual coordenadora do Coletivo de Mulheres Petroleiras que levanta a importância de se discutir a divisão sexual do trabalho e a divisão social do espaço entre público e privado, que ocasionaram uma dificuldade estrutural para as mulheres participarem da vida política.

As duplas ou triplas jornadas de trabalho impõem à mulher trabalhadora uma carga horária exaustiva o que dificulta sua participação mais ativa na vida política. Desta maneira faz-se necessário criar mecanismos para aumentar sua participação, assim como promover debates, sobre a realidade da mulher no meio sindical. Apesar das deliberações feitas pela Central Única dos Trabalhadores, com o objetivo de diminuir a desigualdade na participação de mulheres nos cargos de direção, como a aprovação da cota estatutária de 30% em 2008 e paridade em 2012, ainda acontece um aumento desta desigualdade.

O boletim do Coletivo de Mulheres Petroleiras recolheu depoimentos de três trabalhadoras petroleiras e sindicalistas que atuam em diferentes regiões do país. Confira. [CONTINUA NA PÁGINA 4]

Tripla jornada na linha de frente

A pandemia da Covid-19 está impactando de forma desigual os trabalhadores brasileiros. Além de escancarar as desigualdades social, racial e de gênero, ela também ampliou problemas estruturais da sociedade, como a violência e o desemprego. As mulheres têm sido as mais impactadas. Seja em casa, com o acúmulo de tarefas da tripla jornada e o aumento dos índices de violência doméstica, seja nas questões trabalhistas.

No caso do Sistema Petrobrás, a imposição do trabalho remoto e o fechamento das escolas deixaram as petroleiras muito mais sobrecarregadas. Nas unidades operacionais, a situação é ainda mais complexa, principalmente, em função das pressões psicológicas e da pouca efetividade dos protocolos de segurança, que não têm se mostrado suficientes para evitar o contágio, o que aumenta o medo constante de levar o vírus para casa.

Como a indústria petrolífera é um setor prioritário, as mulheres petroleiras também estão atuando na linha de frente, seja em alto mar ou em terra, produzindo os combustíveis que abastecem as ambulâncias, as casas dos brasileiros e toda a cadeia de transportes e de petroquímica, que movimenta o país. Mas, não tem sido nada fácil para a categoria manter a saúde física e emocional com tanta pressão e insegurança. Além da complexidade das relações de trabalho e pessoais, que foram fortemente impactadas pela pandemia, as trabalhadoras e trabalhadores petroleiros ainda enfrentam o desgaste psicológico causado pelas privatizações e fechamento de unidades.

É o caso da técnica de Administração e Controle da Transpetro, Cristiane Fogaça, 34 anos, que foi deslocada para o home office em março do ano passado e, menos de dois meses depois, foi informada de que a unidade onde trabalhava, o Edifício Administrativo em Joinville

(Ediville), havia sido fechada. Até agora, os trabalhadores ainda não sabem se serão transferidos após a pandemia ou se permanecerão definitivamente em teletrabalho. "Essa incerteza é mais um fator de estresse, pois, se formos deslocados para São Francisco do Sul (onde ainda há outra unidade da Transpetro em Santa Catarina), vai afetar totalmente a nossa rotina e, no meu caso, vai impactar também financeiramente, pois eu teria que pagar alguém para ficar com o meu filho", revela Cristiane, que é mãe solo de um menino de 7 anos.

Para ela, o teletrabalho tem sido algo positivo, pois teve mais tempo para reorganizar a rotina pessoal, com a casa e com o filho. "Eu sempre fui muito impactada com a rotina de trabalho por ser mãe solo. Antes (do home office), eu já precisava, por exemplo, cozinhar à noite para ter almoço pronto para o dia seguinte. Hoje, eu tenho mais tempo para essa tarefa, estando em casa, pois não perco tempo em deslocamentos e esse tempo pode ser dedicado a dar atenção a meu filho ou realizar uma atividade física", explica.

Já a petroleira Carla Cristina de Almeida, 45 anos, viu sua rotina de trabalho piorar consideravelmente com o teletrabalho, principalmente, por conta da pesada agenda de reuniões e o "aumento da jornada refletida em metas que precisam ser cumpridas mesmo após o horário". Divorciada e mãe de duas filhas pré-adolescentes, ela trabalha no Centro Empresarial da Petrobrás no Rio de Janeiro, o Edisen, mas está em home office desde 16 de março de 2020. Apesar da facilidade de estar mais próxima da família, a mudança para o teletrabalho impactou "no planejamento das atividades e na continuidade das tarefas diárias",

muito em função da "necessidade de se resolver tudo por reunião", o que, segundo ela, "cria uma burocracia e aumenta a tensão dos prazos sempre bem apertados".

Não tem sido fácil para Carla essa sobrecarga de trabalho, acrescida das atividades diárias de cuidado com as filhas na pandemia. "Levanto às 04h30 da manhã, de segunda a sexta, e o dia passa rápido entre trabalho, consultas, ajuda nos estudos, organizar compras e a casa", explica. "O segundo trimestre de 2020, bem no auge da pandemia, foi um dos mais complicados,

quando explodiu uma série de sentimentos e cheguei a apresentar quadros depressivos e de síndrome do pânico", revela. Hoje, ela já está melhor, com uma rotina de

exercícios físicos que a ajudaram a superar as crises de ansiedade.

A técnica de segurança, Jessica Mayra Oliveira, 34 anos, está trabalhando presencialmente desde o início da pandemia. "Eu embarquei no dia 10 de março e a vida estava normal. Desembarquei no dia 31, sem ter como voltar pra casa, pois ônibus e aviões não estavam circulando. Meu marido dirigiu de Curitiba até Macaé pra me buscar", lembra. Ela trabalha embarcada na P-07, na Bacia de Campos, uma das plataformas da Petrobrás que está em processo de descomissionamento, após ter sido vendida pela atual gestão da empresa.

Jéssica explica que o clima da plataforma é de muita apreensão, tanto por conta da pandemia, quanto devido à privatização. "Todos estão muito tensos, é uma incerteza tão assustadora que as pessoas mal falam disso. Tudo isso é muito deprimente", afirma. Com dois filhos pequenos e a vida completamente desestruturada pela pandemia, ela sofre ainda hoje as consequências

psicológicas das mudanças que ocorreram em sua rotina. "O meu período a bordo foi aumentado de 14 para 21 dias. Foi um choque, um desespero, pois sempre planejei muito bem meus embarques e folgas por causa das crianças. Desde então, eu não consigo descrever a loucura que a minha vida virou. Toda a tensão envolvida nas viagens do trabalho para casa, a deficiência de transporte, pois a quantidade de voos diminuiu drasticamente, as crianças sem escola... não tem sido fácil", declara.

O desgaste físico e emocional é uma realidade que a petroleira e diretora do Sindipetro Minas Gerais, Márcia Nazaré de Lima, 46 anos, também enfrenta diariamente. Ela é técnica em enfermagem do trabalho na Refinaria Gabriel Passos (Regap), uma das oito refinarias da Petrobrás que foram colocadas à venda no governo Bolsonaro. "A pandemia alterou completamente a rotina na refinaria. Todos os dias era tudo muito novo. Muitas incertezas. Fui me adaptando, pois preciso prestar cuidados aos empregados, tanto no aspecto físico quanto emocional", declara.

"Os empregados sintomáticos precisam se ausentar por apresentarem sintomas ou terem tido contato com familiares. Mas, ao mesmo tempo, ficam receosos de se afastarem por causa da escala escassa. Vejo muita angústia por parte deles", explica Márcia, que está há 11 anos na Regap e precisa também lidar com suas questões pessoais e o impacto emocional de viver sob a insegurança de privatização da refinaria. "No meu caso, tenho dois filhos e sou responsável também pelos cuidados com a minha mãe, que está com 80 anos. Além disso, por ser diretora sindical, muitos empregados me procuram. Tento ajudar de alguma forma, porque percebo como eles se sentem sendo chefes de família. O acolhimento é fundamental e a única forma de enfrentarmos tudo isso é de forma coletiva", afirma.

Os impactos da pandemia e do desmonte no dia a dia das mulheres petroleiras

Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil



Um levantamento inédito sobre a violência doméstica entre os meses de março e abril de 2020, durante a pandemia do novo coronavírus, apontou que os casos de feminicídio no País aumentaram em 5% em relação a igual período de 2019. Somente nos dois meses, 195 mulheres foram assassinadas. Entre os 20 estados brasileiros que liberaram dados das secretarias de segurança pública, nove registraram juntos um aumento de 54%, outros nove tiveram queda de 34%, e dois mantiveram o mesmo índice. Foi um feminicídio a cada nove horas entre março e agosto, com uma média de três mortes por dia.

Os dados são do monitoramento Um Vírus e Duas Guerras,

feito por parceria entre sete veículos de jornalismo independente, que visa monitorar a evolução da violência contra a mulher durante a pandemia. A atualização revelou que entre maio e agosto foram mais 304 casos de feminicídio, 11% a menos do que o mesmo período de 2019.

"A violência doméstica não diminuiu, ela está mais privada do que nunca. A mulher que vive com um agressor já vivia isolada, agora ela está praticamente em cárcere privado", declara Conceição de Andrade, superintendente geral do Instituto Maria da Penha.

A queda, no entanto, não é um indicativo real de diminuição da violência. Esse crescimento do feminicídio vem meio que na contra mão dos registros de violência doméstica nas delegacias, mas isso é justificável, porque com a pandemia, se tornou mais difícil para a mulher que é agredida ir até a delegacia pra prestar queixa.

"Precisamos acabar com a "coisificação" da mulher, pois a retirada da humanidade é o que traz o sentimento de posse, tal

qual você tem por uma coisa, um objeto que se tem como seu. Mulheres são seres humanos e merecem ser tratadas com respeito e dignidade, e não como uma propriedade qualquer ou um saco de pancadas", afirma a diretora da FUP, Andressa Delbons.

Com o início da quarentena, ainda no primeiro semestre de 2020, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontou também para o crescimento da violência contra criança e contra os LGBTs.

O protagonismo das mulheres no movimento sindical petroleiro e no cenário político



Patrícia Gonçalves | Sindipetro ES



Lays Souza | Sindipetro RN



Conceição de Maria | Sindipetro NF

[CONTINUAÇÃO]

Patrícia Gonçalves, eleita vice coordenadora geral do Sindipetro ES chama atenção para "esse momento em que o povo e nós trabalhadores sofremos com a retirada de direitos por esse governo nefasto, as mulheres são as mais afetadas. Não por coincidência, a atual gestão do Sindipetro ES tem o maior número de mulheres na composição de sua diretoria desde a sua formação, somos 8 de um total de 28 diretores, significa que estamos na luta e chegamos para ficar."

No Sindipetro RN, a petroleira Lays Souza assume também a vice coordenação e manda sua mensagem. No movimento sindical, a nível nacional, temos mulheres ocupando espaço com toda maestria e pulso forte que nos é natural, de frágeis nunca tivemos nada. A imagem de mulher frágil foi construída pelo patriarcado, como estratégia para nos silenciar e centralizar o poder, a fala, os espaços e toda a esfera político/econômica. Tentou nos manter em suas mãos e como coadjuvantes.

E continua, "os desafios que temos para assumir postos de trabalho são, ainda, socialmente muito maiores que para homens. Temos mulheres que assumem jornadas triplas (casa/trabalho/estudos) e isso dificulta a nossa presença de forma massificada, assim como diversos outros fatores que influenciam na nossa participação como trabalhadoras, sindicalistas, seres políticos. O avanço que vejo, a nível nacional e local, para o nosso sindicato se dá justamente quanto ao espaço dado às mulheres que temos conosco. Cada vez mais vemos mulheres à frente dos sindicatos, compondo mesas, contribuindo com as discussões e lutas sindicais e enfrentando quaisquer empecilhos postos por meio de gênero."

No campo político considera que "tivemos no último pleito, um avanço que aquece nossos corações, quando comparamos a quantidade

de mulheres candidatas e eleitas em pleitos anteriores. Isso nos mostra que estamos conquistando espaço, vez e voz (mesmo com todo o caminho que ainda temos a percorrer).

E finaliza reafirmando seu compromisso, "assumi recentemente a missão de ser vice coordenadora geral do SINDPETRO-RN e espero continuar defendendo as trabalhadoras e trabalhadores com muita bravura, coerência e afeto, para que possamos juntas e juntos colher os frutos do bom trabalho e esperar uma evolução enquanto humanidade e sociedade. Para nós, mulheres, espero que ocupemos cada vez mais os espaços políticos, que a nossa força nos leve ao topo e que sejamos cada vez mais livres, inclusive, de nossas próprias amarras (as que nos deram). Somos várias, somos gigantes."

A petroleira Conceição de Maria, diretora do Sindipetro NF foi candidata a vereadora na cidade de Macaé RJ e também enviou sua contribuição. "Participei das eleições de 2020 como candidata a vereadora. E esse ano foi atípico porque além de ser mulher e enfrentar o sexismo que há na política, enfrentamos um governo que não dá espaço para as mulheres. Sabíamos que isso aconteceria porque no ato, antes de outubro de 2018, e com a campanha #Elenão, era uma premeditação que os espaços para nós estariam restritos."

E completou, "mesmo diante dos avanços das cadeiras e ocupações que sempre oscilou em 9% e 17%, hoje nos vemos em um crescente de avançar para os 22% nas eleições municipais. As candidatas negras participaram pela primeira vez da reserva definida pelo TSE de 30% do fundo ser destinado a financiar suas campanhas. Nem todos os partidos cumpriram com esse feito que é resultado da luta pela igualdade racial em todas as esferas. Apesar de ter sido contemplada percebi que, mesmo diante de muitos avanços, os retrocessos e o conservadorismo ainda estão latentes na sociedade.

Mas como lugar de mulher é onde ela quiser, o desejo que pulsa é ver paridade na participação da mulher na política."

Na política, a lei que rege o sistema de cotas eleitorais determina que nas eleições proporcionais, para as câmaras de vereadores, as assembleias legislativas e o Congresso Nacional, os partidos apresentem uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% para candidaturas de cada gênero. Mas mesmo assim há grande dificuldade de eleger mulheres. Segundo o site Nexo, em matéria que expõe os motivos sobre a desigualdade no assunto, a questão está focada na opinião do economista Sergio Firpo, que diz ser mais adequado haver cota nos assentos. "Quando se vê o número de eleitas sobre candidatas e compara com eleitos sobre candidatos, a razão "eleitas sobre candidatas" é muito menor, em torno de quatro vezes menor. Ou seja, é muito mais difícil para a mulher se eleger com cotas para candidatas do que cotas nas Câmaras. Seria como fazer uma analogia ao que acontece com as cotas universitárias, não estão no número de candidatos do vestibular, mas sim nas vagas da universidade.

Dados publicados pelo site Nexo mostram a participação das mulheres no sistema político vem crescendo apesar de ser muito aquém do que se almeja. Um pequeno aumento percentual de vereadoras nas câmaras municipais está representado nos seguintes dados: em 2016 as mulheres eleitas vereadoras representaram 13,5% do total e em 2020 as vereadoras eleitas representaram 16% do total. Atualmente, menos de 15% dos membros da Câmara dos Deputados são mulheres — abaixo da média de 26% para a América do Sul —, enquanto apenas 12% dos municípios têm uma líder mulher. Dados de outubro de 2020 mostram o Brasil em 143º lugar no ranking mundial de participação feminina em parlamentos nacionais.